OLIVEIRA, L... (2024). ***Corporate sustainability: Limits and possibilities from environmental economic Geography.*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 120-129
DOI . https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma8

CORPORATE SUSTAINABILITY: LIMITS AND POSSIBILITIES FROM ENVIRONMENTAL ECONOMIC GEOGRAPHY

SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA: LIMITES E POSSIBILIDADES À LUZ DA GEOGRAFIA ECONÓMICA AMBIENTAL

Leandro Dias de OLIVEIRA
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, IGEO
leandrodias@ufrrj.br

Resumo

A sustentabilidade corporativa compreende um conjunto de preceitos, fórmulas de manejo e mecanismos de aferição e certificação da gestão ambiental empresarial. Constituída a partir da adoção dos princípios do desenvolvimento sustentável à escala global, as formas empresariais de promoção da sustentabilidade são aplicadas nos centros e periferias do mundo, apesar das marcantes diferenças políticas, económicas, sociais e ambientais. No Brasil, com a intensificação dos impactos ambientais decorrentes da industrialização e da urbanização, as grandes empresas têm adotado um crescente conjunto de medidas em torno da sustentabilidade corporativa. O objetivo deste artigo é debater como vem ocorrendo a adoção dos modelos de sustentabilidade corporativa nas áreas periféricas do Brasil contemporâneo. Metodologicamente, a análise centra-se na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e incide sobre as grandes indústrias recentemente instaladas, recorrendo ao levantamento bibliográfico, à análise de relatórios de sustentabilidade, à realização de entrevistas corporativas e ao trabalho de campo. Por intermédio da ecologia política, que se revela um importante campo do pensamento crítico sobre as relações sociedade-natureza, são também objetivos desta investigação a reflexão geopolítica e geoeconómica acerca dos modelos corporativos de gestão ambiental e as suas implicações territoriais para com as populações afetadas.

Palavras-chave: Ecologia política, reestruturação territorial-produtiva, sustentabilidade corporativa, geografia econômica, periferias metropolitanas.

Abstract

Corporate sustainability comprises a set of precepts, management formulas and mechanisms for measuring and certifying corporate environmental management. Established based on the adoption of sustainable development principles on a global scale, corporate forms of promoting sustainability are applied in the centers and peripheries of the world, despite the marked political, economic, social and environmental differences. In Brazil, as environmental impacts of industrialization and urbanization intensify, big companies have adopted a growing set of measures around corporate sustainability. The objective of this article is to discuss how the adoption of corporate sustainability models has been occurring in the peripheries of contemporary Brazil. Methodologically, the analysis focuses on the Rio de Janeiro Metropolitan Region and examines large industrial facilities recently established there, drawing on a literature review, an analysis of sustainability reports, corporate interviews, and fieldwork. Through political ecology, which is an important field of critical thinking on society-nature relations, the objectives of this research are also the geopolitical and geoeconomic reflection on corporate models of environmental management and their territorial implications for affected populations.

Keywords: Political ecology, territorial-productive restructuring, corporate sustainability, economic geography, metropolitan peripheries.

OLIVEIRA, L... (2024). ***Corporate sustainability: Limits and possibilities from environmental economic Geography.*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 120-129
DOI . https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma8

1- Introdução

Milton Santos (2002 [1996]) afirma em "A Natureza do Espaço" que o mundo se dá sobretudo como norma, isto é, o mundo globalizado apresenta-se aos lugares como um conjunto de normas às quais estes devem adaptar-se. Para o autor, com a globalização, empresas transnacionais, instituições financeiras e organismos internacionais passam a estabelecer, ou difundir, padrões de produção, consumo e gestão como se fossem universais ou inevitáveis. Assim, valores técnicos, informacionais, económicos, sociais, politicos e culturais são espacializações propiciadas pelo mundo, de forma desterritorializada e teleguiada. Neste cenário, a formação socioespacial estabelece a mediação das formas geográficas, transformadas ou naturais, e das normas de uso do território, sejam jurídicas ou costumeiras, formais ou informais. Neste sentido, *"a utilização dos lugares pelas empresas, sobretudo as firmas gigantes, depende desses dois dados e não apenas de um deles"* (Santos, 2002 [1996], p. 337). Entendemos que é exatamente disso que estamos tratando: das normas de uso do território, encapsuladas pelo modelo corporativo de sustentabilidade e que destroem a própria forma de ordenamento espacial do Estado.

Num primeiro momento, a sustentabilidade corporativa se apresenta como a adequação das empresas aos princípios do desenvolvimento sustentável (Swarnapali, 2017), tendo como objetivo conjugar os resultados e interesses económicos das companhias com a adoção de medidas de cuidados ambientais diversos. Além dos preceitos contidos em documentos internacionais como o "Nosso Futuro Comum" (CMMAD, 1988 [1987]), a "Agenda 21" (CNUMAD, 1996 [1992]) e a "Agenda 2030" (ONU, 2015), que contém os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (17 ODS), há na sustentabilidade corporativa uma miríade de princípios neoliberais e orientações do universo empresarial a serem privilegiados em relação às questões ecológico-sociais.

Todavia, podemos afirmar que o modelo – ou os modelos, pois parecem-nos diversificados e abrangentes os conteúdos e as práticas da sustentabilidade corporativa no território –, não se trata simplesmente de uma adequação do desenvolvimento sustentável aos interesses empresariais, mas de algo além: a sustentabilidade corporativa é um conjunto de preceitos, fórmulas de manejo e de ajustes e mecanismos de aferição e certificação da gestão ambiental constituídos a partir dos interesses económicos das grandes empresas. Estes passam progressivamente a ser adotados, não somente por empreendimentos de diferentes magnitudes, mas também influenciando de forma consistente o Estado nas mais diferentes escalas, e mesmo outros atores da sociedade civil (Oliveira, 2024).

Este artigo integra uma investigação em curso, centrada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro dedicada à análise das grandes indústrias recentemente instaladas, recorrendo ao levantamento bibliográfico, à análise de relatórios de sustentabilidade, à realização de entrevistas corporativas e ao trabalho de campo. Com uma parte substancial das análises já realizada, a nossa proposição analítica neste artigo consiste em contribuir não somente para o entendimento da conceção da sustentabilidade

corporativa, mas verificar também quais as suas principais ações, modelos, palavras-chave e repercussões territoriais, bem como os seus reflexos nas políticas públicas e ações comunitárias. As reflexões aqui contidas sã

2 – A Sustentabilidade Corporativa e o Governo Neoliberal-Empresarial

O padrão neoliberal de governo empresarial, conforme apresentado por Pierre Dardot e Christian Laval (2016 [2010]), permite um verdadeiro culto à empresa (ou unidade empresarial) e promove uma gestão compartilhada por modelos de governança público-privada sob fórmulas de gerencialismo, de mercadorização da gestão estatal e da própria subversão dos direitos dos cidadãos. Com a financialização de tudo (Harvey, 2008 [2005]), o Estado Neoliberal se torna um terreno fértil para o cultivo de medidas ambientais com base em modelos corporativos de gestão. E com o Estado atuando como empresa, e o lucro se tornando a sua razão principal, as noções mercadológicas de eficácia e desempenho provocam o esvaziamento do planejamento político e coletivo das ações governamentais, com a aplicação do léxico empresarial pelos seus agentes e pela constante hibridação das ações públicas e privadas.

Refire-se ainda que a emergente Geografia Económica Ambiental (*Environmental Economic Geography*), promovida particularmente por pesquisadores do Reino Unido, atrelou inicialmente os debates sobre a questão ambiental à Geografia Económica por meio da mobilização de um vocabulário muito próximo do empresarial: externalização de custos ambientais, governança externa, inovação tecnológica, escala organizacional, fatores de influência, externalidades ambientais negativas, preços de mercado, regulamentação, evolução institucional, mecanismos evolutivos sinérgicos, eficiência verde, entre muitos outros (He et. al., 2022). Neste cenário, a combinação entre a proteção da natureza e os interesses empresariais nos *espaços periféricos,* acaba sendo mais potente, pois os braços do Estado se revelam mais negligentes em termos sociais, politicamente autoritários e muito condescendentes com os interesses empresariais.

Todo este processo de contaminação da esfera pública pelos dogmas corporativos permite, em última instância, que ocorra a terceirização das responsabilidades sociais e ecológicas, por meio da transferência de tais obrigações dos governos e gestores públicos de diferentes instituições para o setor de responsabilidade socioambiental das empresas. As grandes empresas postulam o protagonismo na proteção ambiental por meio da formulação de ideias, ações e intervenções, instituição de agendas, parcerias e arcabouços de governança, para além da estruturação de mecanismos de avaliação, certificação e propaganda dos resultados. Contudo, este movimento se completa com o financiamento empresarial direto a organizações não-governamentais, ou mesmo a instituições públicas, *startups* e empresas *spin-offs*, propondo acordos de cooperação para o aprimoramento da proteção ambiental e prospetando e canalizando ideias inovadoras, continuadamente, para os seus departamentos do meio ambiente e *marketing*. Portanto, a “norma” corresponde ao conjunto dos interesses corporativos, enquanto

o território se torna palco de mediações baseadas, local e globalmente, pelos desígnios de investidores-acionistas, grandes companhias e *stakeholders*.

Ciente de que os padrões de negócio e de investimento, as questões gerenciais e regulamentares, os ritmos e remunerações do trabalho, os movimentos logístico-operacionais e as relações com o Estado e a sociedade civil apresentam contundentes diferenças entre os centros e as periferias do mundo – seja na esfera internacional ou nacional, seja na escala regional ou mesmo na perspetiva urbana –, torna-se oportuno indagar: *como vem ocorrendo a adoção dos modelos de sustentabilidade corporativa nas periferias?* Tendo em atenção esta questão, vale a pena reforçar que o neoliberalismo se revela como uma espécie de álibi para que o mercado seja colocado em primeiro lugar pelo Estado, por intermédio de uma promessa de liberdade que se adequa, progressivamente, a formas autoritárias, violentas e antidemocráticas de governança (Harvey, 2008 [2005]). Assim, o entrelaçamento da proteção ambiental com o mundo dos negócios e sua institucionalização para além do Estado, permitiu a neoliberalização (Porto-Gonçalves, 2006) e o empresariamento da questão ecológica, com a inquestionável ramificação dos braços fundacionais das grandes empresas.

3 – Sustentabilidade Corporativa, Ecologia Política e Mudanças Produtivas

Encontramos na ecologia política, um verdadeiro território do pensamento crítico e da ação política (Leff, 2001 [1998]) e vislumbramos na crítica à mercantilização da vida social, sob a ótica da geografia económica, a necessária interpretação política da relação sociedade-natureza. Neste contexto, é essencial ampliar os debates acerca da ecologia política e trazê-la para o universo da geografia económica (Watts, 2000), de maneira que termos como "desenvolvimento sustentável" e "economia verde" não devam ser dissociados da flexibilidade produtiva e do neoliberalismo económico. Do mesmo modo, o conjunto de ajustes ambientais das empresas, a instalação de indústrias em esconderijos espaciais e a criação de "zonas de sacrifício", devem ser avaliadas para além dos princípios internacionais da ecoeficiência empresarial, incluindo a perspetiva da realidade periférica, correspondente a espaços atrativos para o capital, mas que permanecem discriminadores para os seus habitantes.

A proteção da natureza consolidou-se como fator económico e está presente nas mudanças ocorridas no universo da industrialização desde, pelo menos, o último quartel do século XX, quando a preservação e conservação foram progressivamente combinadas com a tecnificação em larga escala (Habermas, 2014 [1968]) e conjugada ainda com o advento de formas flexíveis de produção (Harvey, 2004 [1989]; Hoogvelt, 1997). Assim, se o uso racional da natureza, na sua fórmula liberal, se enraiza nas classes dominantes norte-americanas do final do século XIX (McCormick, 1992 [1989]), desde o final do século XX os grupos empresariais passaram a financiar importantes estudos internacionais sobre a problemática ambiental. A título de exemplo, refire-se o relatório "Limites do Crescimento" (Meadows et al., 1972 [1971]), que recebeu o apoio financeiro da FIAT e da Volkswagen Foundation. Por outro lado, as lideranças do mundo dos negócios coordenaram grandes encontros sobre o tema, como é o caso do empresário

canadense do ramo petrolífero, e diplomata, Maurice Strong. Recorde-se que ele foi o primeiro diretor-executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), para além de exercer as funções de secretário-geral das Nações Unidas nas conferências ambientais de Estocolmo, em 1972, e Rio de Janeiro, em 1992 (Oliveira, 2019).

Para uma maior compreensão destas problemáticas, reuna-se ainda às ilações supracitadas a complexa transição do fordismo para um modelo entendido como flexível, ainda que com os devidos cuidados classificatórios (Martin, 1996 [1994]). Efetivamente, este enquadrameto é imprescindível para se analisar este cenário sob a ótica da adoção de paradigmas de sustentabilidade. Na realidade, em maior ou menor grau, a aposta no paradigma da produção *just-in-time* (*on demand*), acompanhadas pela efetivação de nichos específicos de mercado, ou pela racionalização dos *stocks* e pela personalização perante o consumidor, ou ainda pela diminuição, espraiamento e descentralização de parte significativa das plantas industriais, e pela descontinuação de vilas operárias, e pela superação da relação simbiótica cidade-indústria no que se refere à administração dos interesses citadinos, compreenderemos que se tenha modificado a realidade industrial. Acresce que, se adicionarmos às agendas de flexibilização produtiva ações diversas que incluem desde a captação das águas da chuva, à instalação de lâmpadas menos voláteis e menos impactantes no meio ambiente incorporadas pelas grandes empresas, assim se compreende a constante renovação do parque produtivo com a substituição dos materiais mais poluentes por novas tecnologias e a utilização de arquitetura ecologicamente correta, com o uso de tecnologias verdes, maquinarias menos contaminantes e mobilização de inovações ecológicas.

4 – A adoção do modelo no estado do Rio de Janeiro (Brasil)

A periferia metropolitana do Rio de Janeiro é o nosso espaço empírico privilegiado para o desenvolvimento deste estudo. Todavia, harmonizaremos a sua análise, de forma intercalada, com o quadro brasileiro e, ocasionalmente, com interlocuções com outras realidades mundiais. De facto, o objeto empírico desta pesquisa é a realidade produtivo-logística da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a ser investigada a partir dos seus três vetores de espraiamento, que podem ser assim delineados (Figurra 1):

[i] o Extremo Oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, formado pelas cidades de Seropédica, Japeri, Queimados e Paracambi e o complexo industrial Itaguaí-Santa Cruz, que inclui distritos industriais, condomínios logísticos e uma estrutura portuária bastante robusta, com a consolidação de uma área grande de retroporto;

[ii] o Leste Metropolitano, especialmente a partir da retomada das obras do Polo GasLub Itaboraí, nova denominação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), que integra rodovias, um porto específico e outras estruturas produtivas, especialmente nas cidades de Itaboraí, São Gonçalo e Maricá; e

[iii] o vetor norte, que compreende o eixo da BR-040, na cidade de Duque de Caxias, que vive um processo de redinamização económica, especialmente a partir dos investimentos no polo petroquímico de Campos Elíseos, no entorno da Refinaria Duque de Caxias (Reduc-Petrobrás).

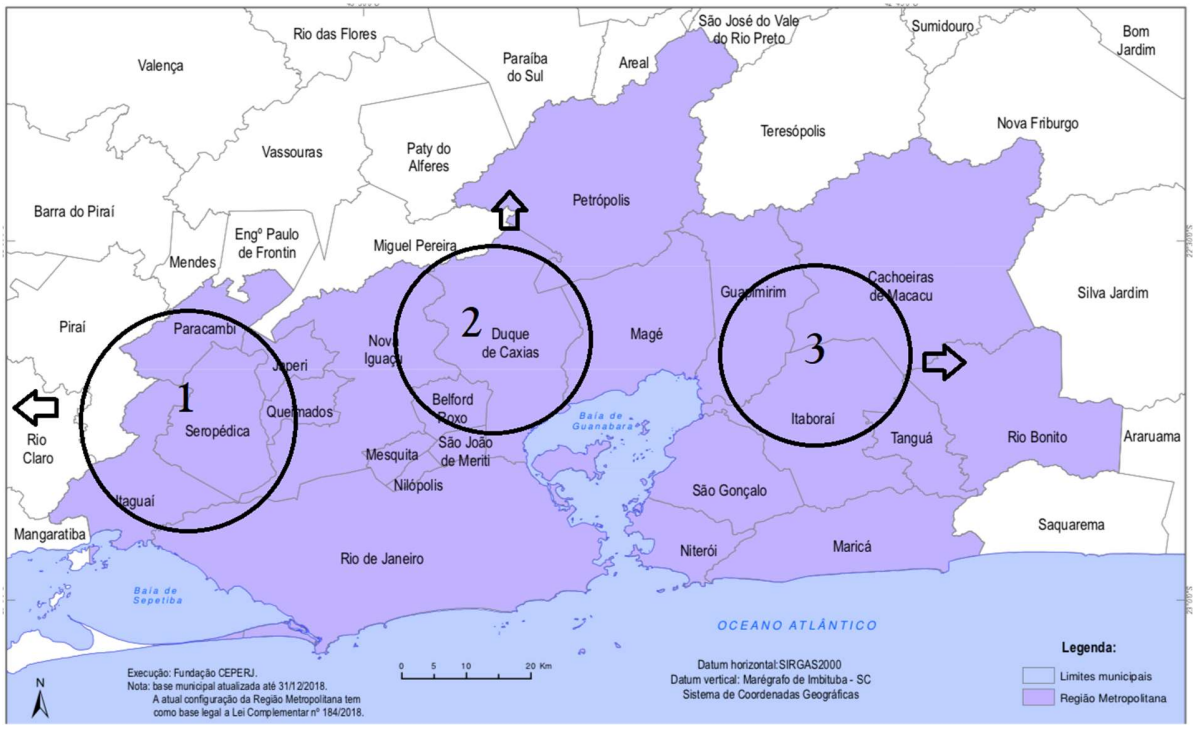


Figura 1 - Polos / Vetores de industrialização na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Brasil), onde: (1) Porto de Itaguaí [Vetor oeste]; (2) Refinaria Duque de Caxias (Petrobras) [Vetor Norte / BR-040]; e (3) Polo Itaboraí Gas-Lub (Vetor Leste).

Fonte: Fundação CEPERJ. Organização: Leandro Dias de Oliveira, 2025.

Os três eixos supracitados localizam-se na periferia metropolitana do Rio de Janeiro e são habitados por populações, em grande parte, pobres e segregadas. A tríade encontra-se conectada pelo Arco Rodoviário Metropolitano Fluminense (BR-465, inaugurado em 2014) e representa as forças centrípetas e centrífugas do desenvolvimento económico do espaço metropolitano fluminense. Por seu turno, no entorno imediato dos empreendimentos, comprimidos pelos robustos investimentos produtivos e pela expansão das estruturas logísticas, encontra-se uma população *periferizada*, correspondente em parte, a habitantes de espaços outrora com feições rurais, mas que se avolumam, continuamente, sobrevivendo em verdadeiras "zonas de sacrifício", devido às atividades industriais do entorno. Urge, pois, apurar o reflexo da combinação do advento de novos empreendimentos logístico-produtivos e da redinamização das antigas áreas industriais, com o recurso sistemático à proteção ambiental, tendo por base modelos de sustentabilidade corporativa e os seus impactos socioespaciais. Eis o desafio fulcral desta pesquisa, ainda em curso.

Portanto, ao se privilegiar a indústria, não podemos ignorar que a aposta nas atividades económicas "verdes", em geral, seja por meio de ações que obedeçam a formas de manejo ecologicamente corretas, seja pela mobilização de práticas de *greenwashing* ou completamente improfícuas, é uma

realidade visível em praticamente todos os setores da economia. Os exemplos multiplicam-se e incluem desde o estímulo à reciclagem de resíduos em escritórios, lojas ou hotéis, à liberação de financiamentos para fins sustentáveis por instituições financeiras, para além do aliciamento ao uso de energias alternativas e à compra de produtos com selos verdes no cotidiano. Há, de facto, uma miríade de ações que compõem o portfólio da sustentabilidade em grandes empresas dos mais diferentes ramos. Contudo, o setor industrial, desde a produção de mercadorias até aos processos de estocagem e translado de insumos e produtos, apresenta, na sua maior parte, impactos ambientais mais contundentes, demandas de ajustes tecnoecológicos mais sofisticados e obrigações de adequação ambiental mais abrangentes para a participação nas cadeias globais de valor.

Iniciamos estas pesquisas por dez unidades logístico-industriais situadas na periferia metropolitana do Rio de Janeiro. Estas dez unidades pertencem às maiores empresas do Brasil em receita líquida, todavia esta seleção poderá ser redimensionada, para mais ou para menos empresas, caso oportunamente se considere necessário. As dez unidades pré-escolhidas para análise são:

(i) Refinaria Duque de Caxias (Reduc-Petrobrás S.A.);
(ii) Complexo de Energias Boaventura (Petrobrás S.A., anteriormente chamado Comperj);
(iii) Usina Termoelétrica Barbosa Lima Sobrinho (Seropédica, Petrobrás S.A);
(iv) Raízen Combustíveis (Duque de Caxias);
(v) Indústria Química Braskem (Duque de Caxias);
(vi) AMBEV Campo Grande - Rio de Janeiro;
(vii) BRF Seropédica;
(viii) Gerdau Cosigua Santa Cruz;
(ix) Usina Termelétrica de Santa Cruz, FURNAS- Eletrobrás); e
(x) Terminais Tecar e Sepetiba Tecon e MRS Logística (Itaguaí-CSN-Vale).

Os procedimentos metodológicos envolveram a identificação, catalogação e classificação dos investimentos realizados na periferia metropolitana do Rio de Janeiro, cruzando-se dados disponibilizados pelas secretarias e prefeituras municipais, para além dos registros da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN) e dos próprios espaços industriais – como foi o caso da Associação das Empresas de Campos Elíseos (ASSECAMPE, Duque de Caxias). Pesquisaram-se também as páginas eletrónicas dos empreendimentos aqui citados e as notícias da mídia, obtendo informação que ainda complementamos com a realização de trabalhos de campo. Trata-se, ainda, de um projeto em curso, pelo que, numa fase posterior da investigação, serão apresentados os resultados detalhados para cada unidade produtiva.

O diálogo com os representantes institucionais e as lideranças políticas das áreas abrangidas pelas ações corporativas, será feito posteriormente. É o caso da Floresta Nacional Mário Xavier, em Seropédica, a que reunimos os responsáveis das comunidades da Baía de Sepetiba, da Área de Proteção de Guapi-Mirim e da Estação Ecológica da Guanabara, que recebeu reflorestamentos do antigo Comperj, entre outras.

Dos estudos já concretizados, emergiram várias estratégias, sugestões, a implementar. Destaquemos algumas: o uso de matérias-primas sustentáveis; a criação de áreas verdes nas próprias áreas industriais; o monitoramento da qualidade do ar, da água e do solo; a gestão energética; o reuso da água; o uso de lâmpadas mais económicas; a compra de maquinários menos poluentes. Eis alguns dos exemplos aqui sintetizados. Todavia, dada a manutenção de medidas compensatórias espacialmente distantes, do escasso diálogo com o entorno e com a criação de áreas verdes muradas, prossegue um cenário turvo de medidas ambientais, ampliando-se a segregação e a exclusão socioambiental, enquanto se dissimulam os problemas ambientais com ações desconectadas dos reais problemas locais e regionais.

Da mesma forma, certificações e premiações empresariais atribuidas a cuidados com o meio ambiente realizadas por organizações subsidiadas pelos grandes investidores, ou ainda a persistência da execução de relatórios padronizados sob os dogmas do desenvolvimento sustentável, não garantem uma relação sociedade-natureza menos destrutiva.

5 – Conclusões

Estudar as implicações socioambientais da industrialização a partir das periferias metropolitanas, especialmente nos países periféricos, constitui uma contribuição de relevo e de grande impacto para o desenvolvimento científico, bem como para o planejamento e gestão democrática do espaço. Entre os potenciais impactos, as aplicabilidades e o caráter inovador deste artigo aqui apresentado, ressaltamos a relevância da pesquisa para as melhorias socioambientais das periferias metropolitanas e a intenção de oferecer os seus resultados como um instrumento metodológico para os órgãos gestores do desenvolvimento económico. Disponibilizaremos ainda orientações para a gestão de políticas públicas proporcionadoras da contenção dos impactos socioambientais atualmente vigentes.

Além disso, mais que um exame detalhado sobre os modelos de sustentabilidade corporativa na realidade metropolitana fluminense, projeta-se um importante aporte aos estudos acerca da problemática ambiental contemporânea para a Geografia Económica. Só explorando as relações entre Ecologia Política e Industrialização Periférica, num contexto em que é notória a maleabilidade interpretativa, conceitual e prática das conceções vinculadas ao desenvolvimento sustentável, se observarão os seus reflexos espaciais, particularmente nas realidades periféricas.

Do mesmo modo, como parte de um projeto em curso, idealizamos facilitar a perceção do papel da sustentabilidade na reestruturação produtiva do capital, conjugado com a flexibilidade produtiva, e o neoliberalismo económico. Este estudo corresponde, de facto, a um contributo para percecionar a atuação dos diferentes níveis de classe e de capital, para além das próprias engrenagens associadas à adoção da sustentabilidade no universo da produção. Pretende-se também auxiliar na criação de estratégias e na interpretação das medidas ambientais a implementar no segmento da logística, desde os silos, condomínios e espaços de estocagem, até às infraestruturas de alta rodagem e circulação de mercadorias.

Em simultâneo, será possível compreender o papel contemporâneo do Estado – subordinado aos interesses do capital e à posição no sistema-mundo –, facilitando a permissividade das ações poluidoras em áreas periféricas. Tais atitudes permitem refletir sobre as injustiças, segregações e impactes da modernização nas vidas das pessoas periferizadas, como os moradores e os trabalhadores, para além dos pequenos agricultores, dos pescadores, dos indígenas ou dos quilombolas e de outros grupos vilipendiados. O objetivo final, é contribuir para o inadiável debate acerca de uma política de desenvolvimento socioambiental mais integrado e harmonioso, especialmente nas periferias, na sequência do estreitamento de ações com as diferentes esferas de gestão pública e a sociedade civil.

Só tendo como horizonte a própria conservação ambiental e a solução de questões de importância regional, se concretizarão eficazes negociações de contrapartidas das empresas, e a ampliação do papel que a própria universidade tem para com o seu entorno. Apenas nestas circunstâncias será possível a construção de ações públicas concretas e socialmente referenciadas e eficazes.

Bibliografia

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988 [1987]). Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Editora FGV.

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1996 [1992]). Agenda 21. Brasília: Senado Federal.

DARDOT, Pierre; LAVAL Christian (2016 [2010]). A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo.

HABERMAS, Jürgen (2014 [1968]). Técnica e ciência como "ideologia". São Paulo: EdUNESP.

HARVEY, David (2004 [1989]). Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola.

HARVEY, David (2008 [2005]). O Neoliberalismo*:* História e Implicações. São Paulo: Edições Loyola.

HE, Canfei; HE, Shuqi; Mu, Enyi; PENG, Jian (2022). Environmental economic geography: Recent advances and innovative development. *Geography and Sustainability*, vol. Volume. 3, Issue n. 2, pp. 152-163.

HOOGVELT, Ankie (1997). Globalization and the PostColonial World: The New Political Economy of Development. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

LEFF, Enrique (2001 [1998]). Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, Vozes.

MARTIN, Ron (1996). Teoria Econômica e Geografia Humana. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Gregory (Orgs.). *Geografia Humana:* Sociedade, Espaço e Ciência Social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

MCCORMICK, John (1992 [1989]). Rumo ao Paraíso: A História do Movimento Ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

MEADOWS, Donella H. et al (1978 [1972]). Limites do Crescimento: Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Editora Perspectiva.

OLIVEIRA, Leandro Dias de (2019). Geopolítica ambiental: a construção ideológica do desenvolvimento sustentável (1945-1992). Rio de Janeiro: Autografia.

ONU (2015). Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, Assembleia Geral das Nações Unidas (A/RES/70/1), 25 de setembro de 2015. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), última edição em 13 out. de 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Waler (2006). A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SANTOS, Milton (2002 [1996]). A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP.

SWARNAPALI, R. M. N. C. (2017). Corporate sustainability: A literature review. Journal for Accounting Researchers and Educators, v. 1, n. 1, 2017.

WATTS, Michael (2000). Political Ecology. In SHEPPARD, E. and T. BARNES (eds.), *A Companion to Economic Geography*. Oxford: Blackwell.

Agradecimentos

Este capítulo é fruto do projeto *"Ecologia Política, reestruturação territorial-produtiva e desenvolvimento sustentável: implicações nas periferias metropolitanas*", apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com Bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ-2) e pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), com a Bolsa Jovem Cientista do Nosso Estado (JCNE). Este estudo também é integrante do projeto de cooperação internacional, no campo da geografia, entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a Universidade do Porto, intitulado "Reestruturação Espacial e Desenvolvimento Regional: Um Estudo Comparativo entre a Região Norte de Portugal e o Estado do Rio de Janeiro", do qual o autor é coordenador juntamente com a Prof.ª Doutora Maria Helena Mesquita Pina, da Universidade do Porto, a quem agradecemos pelo importantíssimo diálogo no cumprimento das agendas de pesquisa.